

Argentina

Boi atolado

HÁ UMA dura queda-de-braço entre o governo e os pecuaristas na Argentina., diante das medidas oficiais tomadas desde o final de 2005:

- Aumento do peso mínimo de abate;
- Incremento do imposto de exportação e a eliminação de seu rebate;
- Implementação do Registro de Operações de Exportações (ROE),
- Proibição das exportações,
- Fixação de acordo de preços;
- Certificação das vendas externas.

Essas decisões afetam a rentabilidade dos agentes da cadeia produtiva, sobretudo aqueles ligados às exportações, que deixam de receber importantes divisas. As restrições impostas aos embarques externos aumentam o risco comercial e põem em dúvida a capacidade da Argentina em competir no mercado internacional.

Os criadores saem bem penalizados, pois enquanto a queda dos seus preços foi de 21%, nas gôndolas dos supermercados a redução registrada ficou em 4,8%. As matrizes para cria são abatidas e vendidas devido à forte queda, ao redor de 47%, no seu valor.

O aumento da margem de comercialização no varejo e sem contrapartida para o produtor representa uma transferência de renda das fazendas para os frigoríficos, curtiúmes, distribuidores, açougues e supermercados.

Por sua vez, nas etapas da cadeia produtiva ocorre a intervenção do estado nacional e dos governos das províncias e municípios, no controle sanitário e fiscal. Além do imposto sobre valor agregado de 10,5%, ocorre a aplicação de outras

taxas que, no conjunto, causam aumento médio de 30% nos preços da carne. Uma conjuntura difícil de redução geral nas inversões em infra-estrutura, alimentação e sanidade, que poderá comprometer a oferta de carne a médio e longo prazo

Produção estagnada

Na Argentina, a produção bovina está praticamente estagnada, apesar de contar com produto de alta qualidade e excelente aceitação externa. Cerca de 50 milhões de cabeças de gado integram o seu rebanho bovino. No país, a população aumenta e o consumo cresce, enquanto o estoque de gado permanece igual há várias décadas.

O resultado é uma maior pressão no mercado interno de carne: em 2005; enquanto o preço praticamente duplicou no varejo e grande faixa da população ficou sem acesso à carne, o preço recebido pelos criadores de gado aumentou 18%..

A carne bovina tem participação de 4,5% no índice de preços ao consumidor (IPC). No ano passado, a carne registrou alta de 28,8%. Isso bate de frente com a prioridade do governo em controlar a inflação, que subiu de 6,1% para 12,3%, entre 2004 e 2005.

A Confederação de Associações Rurais de Buenos Aires e La Pampa (Carbap), que reúne os empresários agropecuários da maior região produtora de gado do país, ameaça não enviar gado aos mercados, exigindo a diminuição dos impostos às exportações agropecuárias.

Os criadores de gado alegam precisar de três a quatro anos para ter um novillo

gordo. Há um esforço para aumentar o peso médio dos bovinos abatidos no país. O governo estabeleceu o peso mínimo de abate em 260 quilos a fim de aumentar a oferta de carne para o mercado doméstico e para exportação. O peso médio de abate estava em 204 quilos, 19% e 42%, respectivamente, abaixo do Uruguai e dos Estados Unidos.

Argentina: Números da pecuária de corte

Ano	Produção Mil t	Exportação Mil t	Consumo Mil t	Consumo Kg/hab
1990	3.007	474	2.533	77,8
1991	2.854	407	2.447	74,5
1992	2.723	297	2.428	72,9
1993	2.787	281	2.506	75,0
1994	2.694	377	2.385	71,2
1995	2.712	520	2.168	63,5
1996	2.469	477	2.217	64,2
1997	2.712	438	2.274	65,4
1998	2.469	295	2.173	61,9
1999	2.720	348	2.372	67,2
2000	2.718	342	2.376	66,0
2001	2.461	152	2.309	63,5
2002	2.493	351	2.142	59,3
2003	2.664	391	2.272	60,0
2004	3.024	481	2.643	62,6
2005	3.117	596	2.621	61,9

Fonte: SGA

A rentabilidade da pecuária deixou de ser atraente se comparada à da agricultura. A superfície plantada com grãos, principalmente a soja, ocupa o lugar de cultivos tradicionais argentinos, como o trigo e o milho, e da pecuária.

Reação

Em protesto contra as medidas oficiais que prejudicam o setor, uma das principais entidades do setor agropecuário da Argentina, a CRA (Confederações Rurais Argentinas), que reúne pequenos e médios produtores argentinos, marcou em julho uma greve em que seus afiliados suspenderam a realização negócios e grãos. O movimento contou com a adesão de outras entidades, como a Sociedade Rural Argentina (SRA), que agrega os grandes produtores argentinos.

A principal reivindicação dos agricultores e pecuaristas é a liberação total das exportações de carne, apesar de ser possível hoje embarcar 65% dos volumes comercializados em 2005.

O efeito prático do protesto deve causar uma alta momentânea nos preços da carne. Os produtores reclamam que, desde o anúncio da medida, o preço do boi já caiu mais de 20%. Ao mesmo tempo, a baixa refletiu-se apenas parcialmente nos preços cobrados da população, que caíram menos de 10%.

“Mais carne”

Outras reivindicações são eliminar a exigência de peso mínimo para o abate de gado e a cobrança de imposto sobre as exportações de produtos lácteos. Diante da pressão, o governo argentino anunciou no final de julho o programa “Mais Carne”, que concede uma bateria de créditos e subsídios de aproximadamente US\$ 274 milhões, para em quatro anos aumentar de 3 milhões de toneladas para 3,5 milhões de toneladas a produção anual de carne bovina.

Ainda assim, as tensões entre governo e produtores prosseguem. Quase dez mil agricultores estão em processo de negociação com o Banco de la Nación Argentina, com dívidas acumuladas de 1 bilhão de pesos. Há dois anos, o presidente Néstor Kirchner anunciou o refinanciamento das dívidas, mas os agricultores discordam dos mecanismos de revalorizações das operações. A alegação é de que a elevada taxa de juros e as severas condições para os pagamentos inviabilizam o refinanciamento. ■

Cronologia da crise

FEVEREIRO

O Senasa (Serviço de Nacional de Segurança Agroalimentar) declara estado de emergência sanitária em todo o país para restringir a movimentação de gado na região de San Luis del Palmar (a 25 km do Paraguai e a 280 km da fronteira do Rio Grande do Sul), onde foi detectado foco de aftosa. Também ordenou o sacrifício de 70 animais.

As empresas do Consórcio de Exportadores de Carne Bovina da Argentina, que concentram cerca de 80% das exportações de carne, solicitam do Ministro da Economia uma redução nos impostos sobre as exportações de 15% para 5% e a anulação dos requisitos do ROE (Registro de Operações de Exportação), para controlar os embarques. Governo assina um acordo para estabilizar os preços da carne por um ano, mas a adesão envolveu apenas pequena parte das entidades criadoras de gado.

MARÇO

Governo suspende as exportações de carne bovina por 180 dias como medida para evitar novas altas nos preços do produto no país. A medida visou equilibrar a oferta com a demanda interna. O veto provoca fortes protestos por parte dos criadores. A medida derruba os preços domésticos da carne, com efeito positivo sobre a inflação local, mas com perda de mercados importantes, de difícil recuperação, especialmente depois de terem sido detectados focos de febre aftosa. Além disso, representará um desestímulo à produção e resultará na queda da oferta futura por inibir os investimentos.

Com a suspensão dos embarques, cerca de 600 mil toneladas de carne são transferidos para o mercado interno. A expectativa do governo é de reverter a alta do preço da carne. A suspensão das exportações não atinge o produto da cota Hilton, corte de alta qualidade destinado à Europa, e os volumes de venda acertados em acordos país-país. A suspensão barra até 90% das exportações. Os encargos de exportação passam de 5% para 15%, para carnes com osso e termoprocessadas. A maioria dos cortes já paga mais imposto desde novembro, outra medida de tentar expandir a oferta interna.

Governo inicia campanha de difusão para convencer os consumidores a não comprar e optar por produtos substitutivos se os preços da carne não diminuírem. A medida pretende que a forte demanda externa não se traduza em uma alta dos preços no mercado interno.

ABRIL

Acerto entre o governo e a cadeia de produção e comercialização determina a retomada gradual das exportações, no segundo trimestre, de carne resfriada, congelada e termoprocessada, além dos cortes de maior valor (traseiros). As vendas foram limitadas a uma quota de 50% da quantidade exportada por empresa no mesmo período do ano passado. Existe o compromisso oficial de negociar uma quota para as exportações de cortes dianteiros inferior a 30% do volume embarcado em 2005.

A liberação das exportações fica condicionada à manutenção no mercado interno dos preços máximos para cortes de consumo popular. Foram incluídos no acordo 11 cortes de carne bovina, cujos preços retrocederão aos valores de novembro e terão de ficar estáveis até o fim do ano. Espera-se que os preços ao consumidor tenham uma redução de até 25%.

O governo declara “controlado e erradicado” o foco de aftosa descoberto em fevereiro. O Serviço Nacional de Saúde e Qualidade Agroalimentar (Senasa) destaca que, graças à aplicação imediata dos procedimentos estabelecidos por normas nacionais e internacionais, o foco de aftosa “foi finalmente controlado e erradicado”. Devido ao foco de aftosa, vários mercados do exterior embargaram a carne bovina da região de Corrientes, entre eles a União Européia.

JUNHO

Governo autoriza a remessa para o exterior de até 40% da quantidade de carne exportada no segundo semestre de 2005. Antes da interdição, no início do ano, a Argentina era o terceiro maior exportador mundial de carne.